

**ACTA**

Aos vinte e nove dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, José Augusto Ferreira Araújo, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e Ana Amélia Mota Guimarães, em substituição do Vereador António José Salgado Almeida, nos termos do n.º 1, do art. 79.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de acordo com requerimento oportunamente apresentado para o efeito. -----

Não compareceram os Vereadores Domingos Bragança Salgado, Alexandra Parada Barbosa Gesta e José Manuel Fernandes Antunes, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Técnica Superior Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----****----- INTERVENÇÕES -----**

**1 – Vereadora Luísa Oliveira – a)** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O Município de Guimarães lançou, em 16 de Dezembro, o Programa Municipal de Promoção da Acessibilidade com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Dr.ª Idália Moniz, com o objectivo de melhorar a acessibilidade no Município, desenvolver acções de sensibilização, formação e participação através do envolvimento das populações, associações e entidades locais. Na última reunião de Câmara

apercebemo-nos que, no leque de candidaturas em execução, constava a que, julgamos nós, deu origem a este Programa e que, numa primeira fase integraria um diagnóstico de necessidades. A 9 de Julho, em Aveiro, foi lançada uma nova geração de planos de promoção de acessibilidades, o Programa Rampa, que poderá constituir uma nova oportunidade para contribuir para aprofundar algumas áreas previstas na candidatura anterior, sendo que as respectivas candidaturas, como certamente o executivo já tem conhecimento, terão que ser submetidas até 14 de Setembro. Numa Europa onde as questões da mobilidade são um dos grandes desafios para os responsáveis políticos, decorrentes do envelhecimento da população e das condições adversas que a crise económica e social acrescentou aos esforços para inverter esta tendência, e, porque também é um objectivo da CEC garantir o envolvimento e o acesso de todos, gostaríamos que o executivo partilhasse com os restantes vereadores qual é o ponto da situação relativo ao Programa Municipal de Promoção da Acessibilidade, sobretudo quais as prioridades que já terão sido identificadas e que certamente serão alvo de novas candidaturas”;

**2 – Vereadora Ana Amélia Guimarães – a)** – Quis saber qual a posição da Autarquia face às críticas formuladas acerca das obras que irão ser executadas na Alameda de S. Dâmaso; **b)** – Perguntou quais os critérios que nortearam a construção dos centros escolares, lamentando que esteja apenas prevista para o novo Centro Escolar de Candoso S. Martinho a constituição de duas turmas, sendo que os alunos inscritos no 1º ano do 1º ciclo serão colocados em turmas dos restantes anos; **3 – Vereador André Coelho Lima – a)** – Questionou o Presidente da Câmara sobre se, relativamente às dúvidas que haviam sido colocadas na reunião de 1 de Julho de 2010 (ponto 9) quanto à legalidade e



viabilidade técnica da opção gestonária assumida nessa reunião, já havia a Câmara recebido qualquer resposta da CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – tal como, na altura, se havia comprometido a solicitar. Perante a resposta do Presidente de Câmara informando não ter ainda sido recebido qualquer esclarecimento daquela entidade, o Vereador André Coelho Lima exibiu um parecer da Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), homologado pelo Secretário de Estado da Administração Local, José Junqueiro, desde 15 de Junho de 2010, onde esclarece que as soluções interpretativas avançadas pela DGAL respondem claramente e sem margem para quaisquer dúvidas às questões por si colocadas em 1 de Julho de 2010, designadamente, diz-se que “o posicionamento remuneratório dos trabalhadores não avaliados pelo SIADAP não pode ser alterado por opção gestonária”, o que, defendeu, entronca directamente na questão efectuada na altura, que alertava para a circunstância de os trabalhadores mais antigos do Município, de onde se exclui o pessoal educativo recentemente entrado nos quadros, não poderem vir a beneficiar da opção gestonária por não terem os anos suficientes de avaliação pelo SIADAP (e até por não ter havido avaliação na Câmara de Guimarães no ano 2006). Disse, ainda, que tal parecer já devia ser conhecido à data da deliberação da Câmara Municipal, que foi assim tomada contra uma deliberação expressa e vinculativa do Governo, o que, disse, confere razão acrescida ao voto de abstenção por que o PSD optou na altura. Continuou, referindo que, do mesmo modo, diz o parecer da DGAL no seu ponto 2 que “a deliberação que fixa os encargos a suportar com alterações do posicionamento remuneratório, bem como o universo das carreiras e categorias onde essas alterações podem ter lugar, tem de ser

necessariamente tomada aquando da elaboração do orçamento e publicada no prazo de 15 dias após o início da execução orçamental, não sendo susceptível de alteração em momento posterior à aprovação do orçamento" o que, defendeu uma vez mais, faz esta solução interpretativa recair exactamente na dúvida então colocada por, naquela reunião, ter sido dado o alerta de que o art. 7º nº4 do Regime de Vinculação de carreiras e remunerações dos trabalhadores da função pública (Lei nº 12-A/2008 de 27.02) impedia de forma clara que a decisão fosse tomada em momento posterior, e que não se vislumbravam excepções a este impedimento. Finalizou, referindo que esta não é uma mera interpretação da DGAL, mas uma solução interpretativa devidamente homologada, e desde 15 de Junho de 2010, pelo Secretário de Estado da Administração Local, num despacho onde se diz, e citou: *"Homologo as soluções interpretativas propostas. As CCDR's que não perfilharem este entendimento devem, com urgência, comunicar estas soluções interpretativas aos municípios"*. **4 - Presidente da Câmara** – Sobre as intervenções feitas, esclareceu: **a)** – Relativamente à intervenção do Vereador André Coelho Lima disse que a CCDRN ainda não tinha enviado o parecer solicitado sobre a opção gestionária, pelo que se aguardava a recepção do referido parecer; **b)** – No que diz respeito às obras previstas para a Alameda de S. Dâmaso disse não haver qualquer controvérsia, referindo a realização de uma reunião com os membros do "abaixo-assinado", na qual estiveram, também, presentes o Vereador da área e o director técnico da obra e onde foram esclarecidas as questões apresentadas. **c)** – Acerca da colocação dos alunos do 1º ano da Escola de Candoso S. Martinho, disse que o decréscimo verificado na natalidade alterou as previsões que estiveram na base da elaboração da Carta



Escolar; **5 – Vereador José Augusto Araújo** – Ainda sobre a opção gestonária disse que a Associação Nacional de Municípios Portugueses disponibilizou, recentemente, um parecer jurídico sobre esta matéria, que vai em sentido completamente contrário ao do parecer homologado pelo Secretário de Estado da Administração Local. **6 – Vereadora Francisca Abreu** – Ainda sobre o Centro Escolar de Candoso S. Martinho recordou que a gestão das turmas é da competência do Agrupamento de Escolas de Pevidém e não da Autarquia. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Da realização da próxima reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 9 de Setembro de 2010, à hora e local habituais, considerando-se todos os membros do Órgão Executivo presentes devidamente convocados; **2** – Da tolerância de ponto para os funcionários da Autarquia na próxima Segunda-Feira, dia 2 de Agosto, de acordo com a deliberação de Câmara em vigor. **3** – Disse sentir-se desagradado com a forma como foi realizada a operação de limpeza da vegetação existente no separador central da auto-estrada Guimarães-Braga; **4** – Deu conhecimento de que muitas árvores existentes na cidade estão a morrer inexplicavelmente suspeitando-se que tenham sido utilizados produtos químicos para as eliminar, tendo já sido solicitado um parecer técnico para averiguar a origem desta situação; **5** – Disse que, na próxima reunião do executivo, será apresentado um vídeo com os contornos do projecto da Plataforma das Artes e as suas funcionalidades. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**I** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Julho

de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "1. Atenta a necessidade de executar a obra de: **Horta Pedagógica 2ª Fase – Creixomil**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €277 493,64 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 2.4.6.28 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei nº 18/08 de 29 de Janeiro (CCP), alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 278/09 de 2 de Outubro) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €277 493,64 64 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e noventa e três euros e sessenta e quatro cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 5. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes – a)



Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”; **II** – Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de Julho de 2010, que concordou com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: **Duplicação das Faixas de Rodagem da Circular Urbana – 3.ª Fase**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €597 972,70 (quinhentos e noventa e sete mil novecentos e setenta e dois euros e setenta centimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.04 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro (CCP)) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 4. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €597 972,70 70 (quinhentos e noventa e sete mil novecentos e setenta e dois euros e setenta centimos) + IVA; Fixação de um prazo de

vigência do contrato a celebrar de 120 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director, do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. c) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa; É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 2010. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA**, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do órgão executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. Abstiveram-se os Vereadores José Augusto Araújo e Ana Amélia Guimarães, por não terem participado na reunião. -----

**OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS GRADUADA/DOMUS CIVIL – ERROS E OMISSÕES** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Por despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 27 de Abril de 2010, exarado na informação que se





anexa, foi aprovada a lista de erros aceites respeitantes ao procedimento “Centro de Formação Avançada Pós-Graduada/Domus Civil”. No entanto, e conforme estabelece o n.º 5 do art.º 61.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, aquela lista de erros deveria ter sido aprovada pelo órgão competente para decisão de contratar, neste caso a Câmara Municipal. Por lapso a mesma não foi submetida à reunião de Câmara em tempo útil. Desta forma, submete-se agora a ratificação do executivo camarário aquele despacho”. A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA EB1 JOÃO DE MEIRA – ERROS E OMISSÕES** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Tendo sido reclamado pelo Empreiteiro Adjudicatário da Obra “Requalificação da Escola EB 2,3 de João de Meira” trabalhos referentes ao suprimento de erros e omissões conforme lista apresentada em 5 de Fevereiro de 2010 (doc.1), foi solicitado aos projectistas informação sobre a mesma a qual mereceu a aprovação na generalidade, havendo apenas um artigo da lista de erros e omissões apresentada em que o projectista considerou uma quantidade diferente da reclamada pelo empreiteiro (doc.2). Os pareceres jurídicos entretanto solicitados e que fazem o enquadramento legal sobre a “responsabilidade pelos erros e omissões” bem assim como as conclusões do Tribunal de Contas no seu relatório nº8/2010-1ªS na pág. 68, permitem-nos concluir o seguinte: Os trabalhos de suprimentos de erros e omissões, contidos na lista apresentada, poderiam ter sido detectados na

fase de erros e omissões de concurso, conforme estabelecido no artigo 61º do CCP. Como a reclamação de erros e omissões apenas decorreu em fase de obra, deverá ser aplicado o disposto no ponto 3º e 5º do artigo 378º do CCP, ou seja, cabe ao Dono de Obra assumir o pagamento de 50% do valor de suprimento dos erros e omissões apresentados. Deste modo, e conforme lista anexa de erros e omissões aprovados (doc.3), o valor dos mesmos é de €42.040,37 + IVA, cabendo à Câmara Municipal de Guimarães, de acordo com o enquadramento jurídico atrás exposto, o pagamento de €21.020,18 (vinte e um mil vinte euros e dezoito cêntimos) + IVA". A lista de erros e omissões dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS**

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado 23 de Julho de 2010, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2010 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €2.100.000,00 destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.1.3.0407. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa "**Agrupamento Cari Construtores, SA e Domingos da Silva Teixeira, SA**" conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 23/07/2010, pelo preço de **2.730.382,80 € + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: **Ano de 2010** – €708.673,41 (setecentos e oito mil seiscentos e setenta e três euros e quarenta e um cêntimos) + IVA = €751.193,81 (setecentos e cinquenta e um mil cento e noventa e três euros e



oitenta e um cêntimos); **Ano de 2011** – €2.021.709,39 (dois milhões vinte e um mil setecentos e nove euros e trinta e nove cêntimos) + IVA = €2.143.011,95 (dois milhões cento e quarenta e três mil onze euros e noventa e cinco cêntimos)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo teor:** “Neste ponto da Ordem de Trabalhos, relativo à repartição de encargos das obras do Instituto de Design, questiono a Câmara acerca do motivo que justifica uma derrapagem tão significativa entre a verba inscrita em orçamento (€2.100.000,00) e o preço da adjudicação (€3.303.763,20), isto é, o Município vai pagar mais 57% do que a verba que inscreveu em orçamento para esta intervenção, trata-se de um aumento de €1.203.763,20 face ao projectado despender, o que é uma diferença substancial e significativa, sendo que os valores adiantados incluem o IVA, que para os Municípios é um custo, razão pela qual as verbas inscritas em orçamento incluem IVA, pelo que a verba a comparar, aquando da adjudicação, é o valor acrescido do IVA”. -----

#### **OBRAS PÚBLICAS – INSTITUTO DE DESIGN – ADJUDICAÇÃO**

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada em epígrafe seja adjudicada ao concorrente **“Agrupamento CARI Construtores S.A. e Domingos da Silva Teixeira, S.A.”**, pelo preço de €2.730.382,80 (dois milhões setecentos e trinta mil trezentos e oitenta e dois euros e oitenta cêntimos) + IVA para um prazo de execução de 365 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA DO TOURAL, ALAMEDA DE S. DÂMASO E RUA DE SANTO ANTÓNIO**

– Presente, para aprovação, o Relatório Final de Avaliação de Candidaturas respeitante ao concurso limitado por prévia qualificação identificado em epígrafe, que se anexa, no qual é proposta a qualificação do candidato n.º 3 – Monteadriano - Engenharia e Construção, SA/Habimarante - Sociedade de Construções, S.A., do candidato n.º 6 - Alberto Couto Alves, S.A., do candidato n.º 8 – Domingos Silva Teixeira, S.A. e do candidato n.º 12 – Manuel Couto Alves, S.A., para passar à fase 2 do concurso, a quem serão remetidos convites para apresentação de proposta, nos termos do previsto no ponto n.º 14 do programa do concurso. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães, que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “A forma de concurso proposta, isto é, o concurso limitado por prévia qualificação, não é aquele que defendemos. Atendendo às particularidades da intervenção urbana em causa consideramos que, atempadamente, se deveria promover um outro tipo de concurso, capaz de responder de forma transparente e eficaz ao interesse público”. -----

**OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – CONCURSO LIMITADO COM PRÉVIA QUALIFICAÇÃO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO**

– Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Atenta a necessidade de executar a obra de “Plataforma das Artes”, submete-se à consideração superior, nos termos do art.º 36.º do Código dos Contratos Públicos – CCP (Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro, alterado e Republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de



2 de Outubro), a presente proposta de decisão de contratar. **1 - Escolha do Tipo de Procedimento** – Para efeitos do previsto no art.º 38º do CCP, propõe-se, face ao valor económico estimado de €14 500 000,00 (catorze milhões e quinhentos mil euros) acrescidos de IVA, a satisfazer pela rubrica 2.5.1.24 do Plano Plurianual de Investimento, a adopção de Concurso Limitado por prévia qualificação, nos termos da alínea b), do art. 19º, do CCP, cujo anúncio será publicado no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); **2 - Peças do Procedimento** – Aprovação do convite, programa de Procedimento e Caderno de Encargos que se anexam, nos termos da alínea c) do nº 1 e nº 2 do art. 40º do CCP; **3 - Designação do júri:** De acordo com o que dispõe o art. 67º do CCP, torna-se necessário proceder à designação do Júri que procederá à realização de todas as operações inerentes ao procedimento, pelo que se propõe a seguinte constituição: Efectivos – Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; 1º Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; 2º Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. Administrativa. Suplentes – 1º Vogal suplente: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; 2º Vogal suplente: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam

arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães que apresentou a seguinte **declaração de voto**: “A forma de concurso proposta, isto é o concurso limitado por prévia qualificação, não é aquele que defendemos. Atendendo às particularidades da intervenção em causa consideramos que, atempadamente, se deveria promover um outro tipo de concurso, capaz de responder de forma transparente e eficaz ao interesse público”. **O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo teor:** “A propósito da votação do início de procedimento para a Plataforma das Artes, questiono o Presidente da Câmara sobre os fins e os propósitos que se pretendem seguir ou salvaguardar com este projecto, concretamente para que serve, em que consiste, que objectivos se pretendem cumprir, que valências se pretende que tenha esta Plataforma das Artes? Isto porque quando foi apresentado o projecto anterior para o antigo Mercado Municipal foi conhecido do grande público o projecto e o que com ele se pretendia, independentemente das opiniões que pudéssemos ter sobre aquele projecto, mas agora que foi abandonado esse projecto, nada se conhece sobre o novo projecto, não se sabe se será um espaço museológico, de exposições, para criação artística, aliás, nem tampouco o projecto de arquitectura é conhecido, pelo que esta seria uma boa oportunidade para explicar aos Vimaranenses afinal em que consiste este equipamento da Plataforma das Artes”. **OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO A EDIFICAR NA CASA DE S. TIAGO – PRAÇA DE S. TIAGO – NÃO ADJUDICAÇÃO DO PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e



Planeamento Urbanístico: “Refere-se a presente informação técnica à intervenção a realizar na Casa de S. Tiago, localizada na Praça de S. Tiago, para onde se projecta a instalação da extensão do actual Museu Alberto Sampaio. Na sequência da realização das sondagens de avaliação do potencial arqueológico da casa S. Tiago, a Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) emitiu, em 4 de Junho de 2010, o respectivo parecer técnico favorável ao relatório final elaborado “considerando que irá haver uma área de cave, a construir, toda a área deve ser objecto de escavação arqueológica integral” (sendo a restante área objecto de acompanhamento...). Em função do actual estado construtivo do edifício, as escavações em causa só serão possíveis de executar após remoção dos escombros resultantes da ruína de parte do edifício, com a limpeza do edifício, realização de algumas demolições e escoramentos de alguns elementos construtivos existentes. Esta situação – realização de escavações – surge numa fase muito posterior à realização do projecto, não tendo assim, e naturalmente, sido previsto nos trabalhos a executar no âmbito da empreitada já objecto de concurso público. Por outro lado, a compatibilização, quer das tarefas a realizar, quer do respectivo calendário de trabalho afigura-se complexa e difícil, perspectivando-se quer a sobreposição de tarefas, quer uma dependência (entre o empreiteiro e o arqueólogo) muito grande e gerador de eventuais conflitos, atrasos da obra, suspensões e previsíveis indemnizações ao Adjudicatário. Como tal, a inclusão do trabalho de arqueologia na globalidade da empreitada, competindo ao empreiteiro geral a execução de tudo aquilo que reporta à obra bem como a gestão dos prazos de trabalho das várias especialidades apresenta-se a melhor solução a adoptar. Assim, e porque quer a execução financeira do contrato celebrado

com o Ministério da Cultura só terá início em 2011, existindo tempo suficiente para o desenvolvimento do concurso de empreitada global, quer esta realidade (execução de escavações arqueológicas englobadas na empreitada) implica alterações das peças procedimentais do concurso de empreitada, nomeadamente preço base, caderno de encargos e prazo, entende-se que o lançamento de um novo concurso público de empreitada (com a respectiva anulação do actual concurso), incluindo as escavações agora exigidas pela DRCN, será a medida mais acertada em nome da correcta e eficaz gestão e execução da obra. Assim, propõe-se:

- 1 - ao abrigo da alínea C, número 1, artigo 79 do decreto-lei 18/08, por força das alterações às peças do procedimento, a "anulação" (ou não adjudicação) do concurso público em curso;
- 2 - a abertura de um novo concurso público para a execução da empreitada da extensão do Museu Alberto Sampaio, incluindo os trabalhos arqueológicos a realizar e com os seguinte pressupostos:
  - a. - preço base: €2.419.494,54;
  - b. - prazo para a execução dos trabalhos de arqueologia: um mês / dois meses;
  - c. - execução dos trabalhos de arqueologia em função do caderno de encargos anexo a esta informação técnica.

Face ao exposto, caso assim entendido, deverá o processo em causa tramitar para o Departamento de Obras Municipais para os procedimentos considerados necessários e convenientes. Em anexo, junta-se: 1 - caderno de encargos dos trabalhos de arqueologia a realizar; 2 - medições e orçamento rectificadas e já coerentes com o novo preço base fixado". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – EXTENSÃO DO MUSEU ALBERTO SAMPAIO – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE NOVO**





**PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: **Extensão do Museu Alberto Sampaio**, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, nos termos do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 19 de Julho de 2010, que se junta em anexo. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €2 419 494,54 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.1.32. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro (CCP)) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2 419 494,54 + IVA; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos – a) Presidente: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. c) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; Suplentes – a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. É designado para secretariar o

júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora Técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA ANTIGA EN 310 – SILVARES/PEVIDÉM – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação da Antiga EN 310 – Silvares/Pevidém, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respectivo preço contratual não deverá exceder €981 687,44 (novecentos e oitenta e um mil seiscentos e oitenta e sete euros e quarenta e quatro centimos) + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.52. **3.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-Lei 278/09 de 2 de Outubro (CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adopção de um concurso público sem anúncio no JOUE, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **4.** Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €981 687,44 (novecentos e oitenta e um mil seiscentos e oitenta e sete euros e quarenta e quatro



cêntimos) + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 150 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; **5.** Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efectivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe de Divisão de Empreitadas; b) Vogal: José Filipe Tavares de Fontes – Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; c) Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe de Divisão Administrativa. Suplentes - a) Vogal: Joaquim Josias Silva Antunes Almeida de Carvalho – Director do Departamento de Obras Municipais; b) Vogal: Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier – Directora do Departamento de Administração Geral. É designado para secretariar o júri: Silvana Leite Torres Peixoto – A Coordenadora técnica do Departamento de Obras Municipais. **6.** Para aprovação de Erros e Omissões, propõe-se que o júri do procedimento tenha competências para a sua aprovação, desde que não seja alterado o preço base e o prazo de execução”. O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** A Vereadora Ana Amélia Guimarães apresentou a seguinte **declaração de voto**: “Sendo uma intervenção urgente e necessária, consideramos, porém, que as alterações propostas não são suficientes e ficam aquém das necessidades das populações. É indispensável uma intervenção de fundo devidamente planeada e executada”. -----  
**OBRAS PÚBLICAS – RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL – CLADELAS PARA CENTRO ESCOLAR – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por

deliberação de Câmara de 19 de Abril de 2010 a “Sociedade de Construções GUIMAR S.A.”, pelo valor de €1 493 594,54 (um milhão quatrocentos e noventa e três mil quinhentos e noventa e quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos) + IVA. A referida minuta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – MURO DE VEDAÇÃO ADJACENTE AO ACESSO DO CEMITÉRIO DE MONCHIQUE** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No âmbito da obra de acesso ao Cemitério de Monchique, da freguesia da Costa, inserida na concretização da Variante Sul/Nascente, foi acordado com o Sr. José Manuel Fraga Matos a ocupação do terreno necessário àquela obra, sendo que caberia à Câmara Municipal executar a vedação da dita parcela, conforme o estado em que aquela se encontrava, de acordo com o estipulado no Código das Expropriações, ou, em alternativa, indemnizar o proprietário para que este construísse a vedação a suas expensas. Todavia, desde a data da ocupação do terreno, a autarquia nunca procedeu à construção da vedação, tendo aquela sido posteriormente executada pela firma “Silva & Martins Campos, Lda.”, que entretanto assumiu a posição contratual do Sr. Fraga Matos, conforme documentos constantes no processo. Assim, aquela empresa vem solicitar o pagamento da indemnização pelo valor de €152.880,00, relativamente aos encargos suportados com a construção do referido muro de vedação. De acordo com a análise efectuada pelo Departamento de Obras Municipais, e pelo Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico, desta autarquia, a extensão do muro será de apenas 610 m<sup>2</sup>, incluindo fundação com 0,5 metros de profundidade, e não de 1.360m<sup>2</sup>



conforme medição apresentada pela Silva & Martins Campos, Lda., pelo que o valor que o Município estaria disposto a pagar seria de €67.400,00, tendo aquela manifestado por escrito a sua aceitação quanto ao valor proposto pela autarquia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser submetido a aprovação da reunião camarária, o pagamento à Empresa Silva & Martins Campos, Lda. o montante de €67.400,00 (sessenta e sete mil e quatrocentos euros), a título de indemnização pela construção do muro de vedação levada a efeito por aquela empresa. À consideração superior". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.03.03.01.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Luísa Oliveira e André Coelho Lima. **O Vereador André Coelho Lima solicitou que a sua intervenção sobre esta proposta ficasse registada em acta, pelo que se transcreve o respectivo teor:** "Solicito a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, pelas dúvidas que o mesmo suscita, e essencialmente pela ausência de documentação de suporte que permita uma votação consciente. Isto porque, merece natural estranheza uma indemnização de quase €70.000,00 para uma mera construção de um muro, ainda para mais, quando, nos termos da própria deliberação, a obrigação da Câmara era apenas a de vedar o terreno em causa, apenas na parcela que tenha sido ocupada pela estrada de acesso ao Cemitério de Monchique, e edificando uma vedação "conforme o estado em que aquela se encontrava". Ora, um muro com um custo de aproximadamente €70.000,00 (€67.400,00), para apenas uma parcela de muro, tem que ter uma justificação capaz, que só será demonstrável através de documentos, razão pela qual se propõe a retirada do ponto, acrescidamente porque o particular em causa – a firma SILVA &

MARTINS CAMPOS, LDA. – solicita à Câmara Municipal o pagamento de uma indemnização de €153.880,00 o que não pode deixar de ser considerado um valor absolutamente extraordinário tendo em conta que estamos a falar duma mera construção de um muro, construção parcial ainda para mais porque deve ser circunscrita à parte ocupada pela via. Considero que valores desta ordem de grandeza são suficientes para a compra de terrenos de dimensões consideráveis na encosta da Penha, pelo que deverão conter, necessariamente, uma maior fundamentação e conhecimento de causa para poderem ser votados”. -----

**PATRIMÓNIO – TEATRO JORDÃO – AQUISIÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Com a decadência e fecho do Teatro Afonso Henriques, que mais tarde veio a ser demolido para permitir a regularização do desenho do Campo da Feira, Guimarães e os vimaranenses, com a sua forte tradição cultural, ficaram órfãos de um espaço condigno onde pudessem assistir aos mais diversos tipos de espectáculos, falha que só em 1938 o Teatro Jordão veio colmatar, por vontade indómita de um homem, Bernardino Jordão, que soube interpretar e concretizar o sonho de muitos dos seus conterrâneos. É talvez por isso que o encerramento das portas do Teatro nos anos noventa, foi particularmente sentido por um largo sector da sociedade vimaranense, apesar de anunciado por uma prolongada agonia que assolou, aliás, todas as grandes salas, com o advento e gradual predomínio dos espectáculos televisivos que passaram a entrar pelas nossas casas dentro. No entanto, é bom não esquecer que, se as sessões de cinema, que foram durante muitos anos o sustento financeiro do Jordão, tinham cada vez menos espectadores, sempre que se anunciava um novo grande espectáculo, fosse concerto de música clássica, teatro, "ballet", ou mesmo ópera, o público correspondia enchendo a sala; E assim foi



até ao seu fecho, que muita tinta fez correr e motivou muita manifestação de pesar. Ora, com algumas das dinâmicas saídas, já, da construção da Capital Europeia da Cultura, cujas acções se situam e situarão em grande medida entre a Zona de Couros, a necessitar ainda de locais para algumas das suas valências, e o Centro Cultural de Vila Flor, seguramente palco de muitas das suas manifestações, a reactivação do Teatro Jordão passa a ser um "cenário" não só plausível, mas quase evidente, tornando imperiosa a ponderação da sua compra por parte do Município, tanto mais que o edifício livre de outras ocupações, permite agora a sua plena ocupação. É óbvio que a sua futura utilização carece de estudo aprofundado, nomeadamente quanto ao seu modelo de gestão, para que dela se retire o máximo rendimento, mas desde já se pode apontar a instalação de diversos espaços na área do ensino artístico, tais como: A Academia Valentim Moreira de Sá, em espaço consentâneo com a importância que a escola assume já para além do nível local; A criação de espaços de ensaio para bandas, tão solicitado pelas camadas jovens e tão útil para a transmissão de conhecimentos musicais entre gerações e cujo financiamento está previsto no "Projecto Quadrilátero"; A parceria que a Universidade do Minho propõe à Câmara Municipal, para instalação de um curso de Artes Dramáticas e Visuais: - Servir as colectividades e associações do Concelho. Em suma, trata-se de um espaço que pelas suas características únicas na Cidade, poderá abrigar e ampliar dinâmicas culturais diversas e complementares das já existentes. Tendo em conta, como atrás dissemos, que este lugar faz parte duma memória, construída por vivências individuais e pela vontade quase sempre secreta e silenciosa do colectivo, ou melhor dizendo, dos colectivos verem estas portas de novo abertas, tendo em conta também e por outro lado a

excelente convergência de oportunidades que agora surgem para a sua reabertura – **Capital Europeia da Cultura**, disponibilidade da totalidade do seu espaço e vontade dos seus proprietários na negociação, não pode a Câmara Municipal deixar fugir a oportunidade da sua compra e da sua reabilitação. É este desígnio que nos queremos levar a bom porto. Nos termos da alínea f), do nº. 2, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é da competência da Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos, integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal, consagrando-se desta forma a causa de utilidade pública a prosseguir. Assim, os prédios que se propõem adquirir são os seguintes: - **Prédio 1** – prédio urbano situado na Av. D. Afonso Henriques, da freguesia de Urgezes, desta cidade, composto por uma casa de rés-do-chão e 1º andar, com a área total de 40,00m², descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o número 1779/20100708, da freguesia de Urgezes, inscrito na respectiva matriz urbana sob o artigo 2599, com o valor patrimonial tributável de treze mil e quatro euros e trinta e cinco cêntimos; - **Prédio 2** – prédio urbano situado na Av. D. Afonso Henriques, da freguesia de Urgezes, desta cidade, composto por um edifício e logradouro, com a área total de 2.110,00m², descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o número 1700/20100301, da freguesia de Urgezes, inscrito na respectiva matriz urbana sob os artigos 375 e 496, com o valor patrimonial tributável de trezentos e trinta e um mil quinhentos e sessenta e um euros e doze cêntimos; Decorrente da avaliação elaborada por perito da lista oficial, é





atribuído um valor de €3.800.000,00 à totalidade dos imóveis acima descritos, tendo a empresa do Teatro Jordão, Lda., manifestado por escrito o interesse em vender os prédios em causa pelo valor total de €2.250.000,00. Assim, a aquisição dos indicados edifícios, destinados à instalação de áreas de ensino de pendor artístico, no âmbito da concretização da Capital Europeia da Cultura, será pelo valor total de €2.250.000,00, a pagar em 10 prestações anuais, iguais e sucessivas, no montante de €225.000,00 cada, vencendo-se a primeira no acto da celebração da escritura de compra e venda, a ser outorgada durante o primeiro mês seguinte após a obtenção do visto do Tribunal de Contas, e as restantes prestações vencer-se-ão em igual dia dos nove anos seguintes. Nestes termos, proponho que a Câmara Municipal delibere, nos termos da alínea a), do nº 6, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a aquisição dos imóveis acima identificados, à Empresa do Teatro Jordão, Lda., pelo preço total de €2.250.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta mil euros), no modo de pagamento supra referido, conforme minuta de escritura de compra e venda em anexo, ao abrigo do disposto no artigo 11º do Código das Expropriações”. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.03.07. A minuta de escritura de compra e venda dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** O Presidente da Câmara e os Vereadores Francisca Abreu, César Machado, Amadeu Portilha e José Augusto Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto:** “Os membros da Câmara Municipal eleitos pelo Partido

Socialista votaram favoravelmente a proposta de aquisição do Teatro Jordão pelas razões seguintes: 1 – O Teatro Jordão foi sempre por nós considerado indiscutível património da história cultural da cidade e consequentemente sempre reconhecemos o interesse na sua reabilitação e adaptação a novas funções culturais. 2 – Essa reabilitação e adaptação não exigiam obrigatoriamente uma aquisição e um investimento municipal. O Teatro foi construído pela iniciativa de um dos mais destacados empreendedores privados da história da cidade e, durante décadas, respondeu a funções culturais de superior interesse público, gerido por privados. À Câmara Municipal competia unicamente, independentemente da vontade de outros, garantir a sua preservação como futuro espaço reabilitado. 3 – Sempre tivemos consciência que a função de Casa de Espectáculos, que durante um largo espaço temporal desempenhou, não podia ter continuidade nos tempos de hoje, e que também não correspondia às novas funções que eram prioritárias na construção da política municipal concretizada nas duas últimas décadas e que tanto contribuiu para o reconhecimento de Guimarães como Cidade Cultural. 4 – A edificação do Centro Cultural Vila Flor foi assim e correctamente a primeira prioridade da política municipal e constituiu indiscutivelmente a âncora fundamental para a conquista do espaço de Guimarães na vida cultural da região e do País, como hoje é de reconhecimento nacional. O Teatro Jordão foi sempre considerado por nós como um complemento desejável para essa afirmação cultural, mas não necessariamente por iniciativa municipal, na complementaridade de promoções públicas e privadas que serão sempre necessárias. 5 – Rejeitamos sempre a concepção passadista de recusa à construção de novos espaços, de novas valências, de novas intervenções, pretendendo ver



Guimarães como uma cidade do passado com um Teatro a ser espaço de representações que tiveram a sua época, mas que não são dos tempos de hoje. 6 – Vimos e vemos sim aquele espaço como um local da Cidade do futuro, integrado e complemento do programa Campurbis, projecto da extensão da Universidade para a cidade central, correspondendo a uma nova afirmação de Guimarães como cidade jovem, criativa, produtora de novas expressões artísticas. 7 – Na altura certa, quando foi possível encontrar parceiros, quando os valores e condições de pagamento se apresentaram com realistas, quando se encontrou uma solução que não sobrecarregará sobremaneira o orçamento municipal, propusemos à Câmara Municipal e votamos a aquisição de um imóvel memória da cidade e que será um indiscutível complemento dos espaços culturais que tanto tem afirmado Guimarães em Portugal e na Europa”. -----

Os Vereadores Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Somos chamados neste ponto 13 a votar a aquisição do Teatro Jordão para a esfera patrimonial do Município de Guimarães. Este é, como é sabido, um tema que é caro ao PSD. Porque desde finais dos anos 90 que o PSD vem defendendo, em iniciativas e sessões públicas, em sucessivos programas eleitorais, em intervenções políticas na Câmara e Assembleia Municipal, e até através de uma recolha de assinaturas promovida pela JSD em 1998 que atingiu os milhares de assinantes, vem defendendo dizíamos, que o Município deveria adquirir este importante e simbólico espaço de cultura, transformando-o, como se dizia no programa eleitoral do PSD em 2001, na **Casa da Cultura de Guimarães**. Com a importância que o PSD sempre atribuiu ao Teatro Jordão parece agora concordar a Câmara Municipal, que no texto da deliberação que

nos propõe refere que *“o encerramento das portas do teatro nos anos noventa foi particularmente sentido por um largo sector da sociedade vimaranense”*, quando refere que *“sempre que se anunciava um novo espectáculo, fosse concerto de música clássica, teatro ou ballet, ou mesmo ópera, o público correspondia enchendo a sala; e assim foi até ao seu fecho, que muita tinta fez correr e motivou muita manifestação de pesar”*, quando refere, ainda, que *“este lugar faz parte duma memória, construída por vivências individuais e pela vontade quase sempre secreta e silenciosa do colectivo, ou melhor dizendo, dos colectivos, de verem estas portas de novo abertas”*. Isto é, de forma que não saberíamos melhor descrever, o texto da deliberação que nos propõem retrata na perfeição aquele que foi o fundamento da opinião que o PSD sempre defendeu. Com uma pequena diferença: é que estes motivos que agora parecem tão notórios, tão claros e tão evidentes a esta Câmara, já nos pareciam à época, quando defendíamos a sua aquisição. Pelo que, até pela deliberação que nos propõem e votaremos favoravelmente de forma entusiástica, expõem V. Exas. com clareza os fundamentos da razão que cremos sempre nos ter assistido. No entanto, a verdade é que esta aquisição, no momento actual, com a existência do Centro Cultural de Vila Flor, faz antever dificuldades e naturais preocupações quanto à sobrevivência de dois espaços culturais de grande envergadura, de que poucas cidades portuguesas de dimensões bem superiores à nossa dispõem, a escassos 200 metros uma da outra. Temos duas salas com 1.200 lugares em cima, no CCVF, e uma sala com idêntica lotação em baixo, no Teatro Jordão. E não temos, manifestamente, público para manter uma ocupação apreciável destes espaços praticamente contíguos. E uma vez mais, não estamos isolados



nesta preocupação, pois que é a própria Câmara quem o confessa, no texto da deliberação proposta, ao se dizer que *a futura utilização deste espaço carece de estudo aprofundado*, onde se reconhece explicitamente que se adquiriu primeiro um edifício da envergadura do Teatro Jordão, para depois se ponderar o que lá se haveria de colocar. Não obstante, queremos manifestar de forma clara que entre as eventuais utilizações, merece a nossa concordância a instalação da Academia de Música Valentim Moreira de Sá e é merecedor da nossa concordância entusiástica a instalação, naquele espaço, de um curso de Artes Dramáticas e Visuais da Universidade do Minho, pois que além de assegurar uma utilização digna, lectiva e permanente, àquele espaço tão ligado à cultura vimaranense, permite-se algo que há muito vimos defendendo que é a instalação de cursos ou faculdades da Universidade do Minho no centro da cidade, em locais públicos, fazendo os estudantes fruir e vivenciar a nossa cidade, incentivando a sua fixação na nossa cidade, e fazendo sobretudo com que Guimarães possa finalmente retirar frutos dos milhares de estudantes que estudam na nossa Universidade, embora cá não vivam nem consumam. Em conclusão, importa deixar claro que não obstante a preocupação que manifestamos quanto às dificuldades na gestão das salas de espectáculo vimaranenses, merece a nossa concordância a alegação de que a circunstância de irmos a ser Capital Europeia da Cultura é uma circunstância de natureza excepcional que ajuda a explicar a aquisição de um espaço rico em História e em recordações Vimaranenses, desta autêntica Casa da Cultura de Guimarães, contribuindo para lhe devolver, pelo menos em parte, essa função. Como sempre defendemos". -----

**PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – PROCEDIMENTO DE**

**ALTERAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE GUIMARÃES**

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3 do artigo 77º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro), e na sequência da conclusão do período de acompanhamento pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte do procedimento de Alteração do Plano Director Municipal de Guimarães, propõe-se a abertura de um período de discussão pública, pelo prazo de 30 dias úteis, período durante o qual os interessados poderão apresentar reclamações, observações, sugestões, assim como pedidos de esclarecimento sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito daquele procedimento, mediante requerimento dirigido ao Presidente desta Câmara Municipal, remetido pelo correio (Largo José Maria Gomes, 4800-419 Guimarães) ou entregue pessoalmente no Balcão Único de Atendimento (Paços do Município) ou ainda via e-mail ([geral@cm-guimaraes.pt](mailto:geral@cm-guimaraes.pt)), sendo que o procedimento encontra-se disponível para consulta neste Departamento”. A proposta de alteração ao Plano Director Municipal (PDM) respeita concretamente a alterações ao Regulamento e à Carta de Ordenamento do PDM nas freguesias de Selho S. Jorge, Gondomar e Airão S. João.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra a Vereadora Ana Amélia Guimarães, que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “Como a discussão pública do assunto proposto coincidirá com o período de férias, consideramos que deveria ser alargado o prazo do período desta mesma discussão”.

**PROTOCOLOS – PROTOCOLO COM A REAL ASSOCIAÇÃO**



**HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIZELA  
– PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOCORRO E ASSISTÊNCIA  
ÀS POPULAÇÕES DAS FREGUESIAS DE MOREIRA DE  
CÓNEGOS, S. FAUSTINO, CONDE, GANDARELA E  
NESPEREIRA**

Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "Por deliberação da Câmara Municipal de 18 de Abril de 2002, foi atribuído um subsídio de €1.746,00 (mil setecentos e quarenta e seis euros) por trimestre à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, com o compromisso desta transferir o respectivo montante para a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela, enquanto esta mantivesse o serviço de socorro e assistência às populações das freguesias de Moreira de Cónegos, S. Faustino, Nespereira, Conde e Gandarela em caso de incêndios, inundações, desabamentos, abalroamentos e em todos os acidentes, catástrofes ou calamidades, no socorro e transporte de sinistrados e doentes e no combate a incêndios florestais. Esta situação mantém-se até à data e a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela veio solicitar agora que se encontrasse não só uma forma mais expedita de lhe ser entregue esta verba, como que procedêssemos à sua actualização, em virtude desta não sofrer qualquer alteração desde essa data. Consultados os serviços jurídicos da Câmara, entende-se que os serviços prestados pela Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela às cinco freguesias referenciadas do Concelho de Guimarães enquadram-se no âmbito do artigo 67º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, uma vez que são serviços prestados à comunidade e que têm em vista a realização do interesse público e a assistência às populações na saúde e na

integridade física, pelo que, embora a associação tenha a sua sede num outro município, é certo que os serviços prestados são na área do Município de Guimarães, onde têm actuado até agora, com o consentimento dos Bombeiros Voluntários de Guimarães. Assim sendo, proponho a celebração de um Protocolo, cuja minuta se anexa, entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vizela, onde se definem os termos desta prestação de serviços, com início a 1 de Setembro e uma verba trimestral de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), que se submete à aprovação do Executivo Municipal. A celebração deste Protocolo implica, consequentemente, a cessação da verba anteriormente atribuída de €1.746,00 (mil setecentos e quarenta e seis euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE PROJECTOS E PLANEAMENTO URBANÍSTICO – DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS – CHEFE DE DIVISÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "Na sequência da informação prestada pelo Arqt.º Filipe Fontes relativa à abertura de procedimento concursal para provimento do posto de trabalho de Chefe de Divisão de Estudos e Projectos cumpre-me informar o seguinte: o posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal, tendo ficado vago com a nomeação em comissão de serviço do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico; existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para





preenchimento do solicitado posto de trabalho. Assim, nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, solicito que seja submetido a deliberação da Câmara Municipal a abertura do referido procedimento concursal”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO FINANCEIRO – DIVISÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL – CHEFE DE DIVISÃO** –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Dr.ª Anabela Lima, Directora do Departamento Financeiro, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento do posto de trabalho de Chefe de Divisão de Património Municipal e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: o posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho. Assim, nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, solicito que seja submetido a deliberação da Câmara Municipal a abertura do referido procedimento concursal”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES – CHEFE DE DIVISÃO** –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação prestada pela Dr.ª Irene Malheiro,

Directora do Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento do posto de trabalho de Chefe de Divisão de Organização e de Sistemas de Informação e Comunicações e atendendo aos motivos alegados, cumpre-me informar o seguinte: o posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); existe verba orçamental disponível. Face ao exposto proponho a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho. Assim, nos termos do disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, solicito que seja submetido a deliberação da Câmara Municipal a abertura do referido procedimento concursal”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PISTA CICLÁVEL – FASEAMENTO DO PROJECTO GERAL DE EXECUÇÃO E RESPECTIVA ADJUDICAÇÃO À AUTORA DO PROJECTO GLOBAL**

– Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: “O n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefa, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3 Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o artigo 6.º deste diploma legal. Assim, serve a presente informação técnica para enquadrar e fundamentar a proposta de contratação de pessoas singulares



para a execução do projecto inerente ao trabalho de faseamento do projecto global de execução da pista ciclável a concretizar na área urbana de Guimarães. Na sequência da conclusão do projecto de execução global da ciclovia, verificou-se a necessidade e utilidade do faseamento do mesmo projecto possibilitando não só investimentos financeiros mais ajustados no tempo como também a concretização daqueles troços que, pelos terrenos implicados, alterações de trânsito inerentes e impacto na vida da cidade, se afiguram, de imediato, mais favoráveis. Quer em nome da salvaguarda dos "direitos de autor" do projecto inicial elaborado, quer em função do conhecimento adquirido relativamente ao mesmo (e porque enquadrada no disposto no Decreto-Lei n.º 18/08, que aprovou o Código dos Contratos Públicos) entendeu-se que a arquitecta Márcia Rodrigues, autora do projecto inicial, seria aquela mais habilitada para a realização do trabalho em causa. Sendo a arquitecta Márcia Rodrigues uma Pessoa Singular, propõe-se que seja submetida a deliberação do órgão executivo a autorização para desenvolver um procedimento concursal tendente à sua contratação, ao abrigo do já mencionado art.º 6.º do Decreto-Lei 209/2009, de 3 de Setembro". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**VEIGA DE CREIXOMIL – EXECUÇÃO DE LEVANTAMENTOS DE SUPORTE À ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE EXECUÇÃO – PROCEDIMENTO DE ADJUDICAÇÃO** – Presente a seguinte informação do Director do Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico: "O n.º 4 do artigo 35.º da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro estabelece que a contratação de serviços em regime de avença e tarefa, por parte da Administração pública, só poderá ocorrer com pessoas colectivas. Entretanto, com a publicação do Decreto-Lei 209/2009, de 3

Setembro, que procede à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12 -A/2008, tal contratação de serviços foi alargada a pessoas singulares, caso se verifique previamente uma deliberação favorável do órgão executivo, como refere o artigo 6.º deste diploma legal. Assim, serve a presente informação técnica para enquadrar e fundamentar a proposta de contratação de pessoas singulares para a execução do projecto inerente ao trabalho de faseamento do projecto global de execução da pista ciclável a concretizar na área urbana de Guimarães. Na sequência do desenvolvimento do projecto de requalificação urbanística e valorização ambiental da Veiga de Creixomil, resultou como necessário a realização de um conjunto de levantamentos topográficos da área de intervenção que suportassem toda a actividade projectual a desenvolver. Este conjunto de levantamentos centrou-se na área a abranger pela futura fase 2 da horta pedagógica e no curso dos rios de Couros e Selho. Face ao calendário observado, e à necessidade de responder a uma candidatura QREN (que potenciaria um financiamento até 70% do investimento global) num prazo temporal reduzido, verificou-se muito urgente a execução destes mesmos levantamentos topográficos. Verificando-se a urgência do serviço e a prospecção realizada no mercado de trabalho (no âmbito da adopção de um procedimento concursal de ajuste directo de forma a agilizar a execução do trabalho – tal como o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, que aprovou o Código dos Contratos Públicos), entende-se que Leonel Ferreira da Silva (topografo habilitado para o efeito) reunia as condições técnicas e logísticas necessárias à execução do trabalho em causa. Sendo Leonel Ferreira da Silva uma Pessoa Singular, propõe-se que seja submetida a deliberação do órgão executivo a autorização para desenvolver um procedimento



concursal tendente à sua contratação, ao abrigo do já mencionado artigo 6.º do Decreto-Lei 209/2009, de 03 Setembro”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DO 1º CEB – ANO LECTIVO 2010/2011** – Presente a seguinte informação dos

Serviços de Educação: “Como é do conhecimento superior, no âmbito do Programa de Generalização de Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º CEB e de acordo com o disposto no art.º 3.º do Regulamento de Acesso ao Financiamento de Programa, é conferido aos Municípios a possibilidade de realizar parcerias com Associações de Pais e Encarregados de Educação ou Outras Entidades que estejam a assumir a gestão dos refeitórios, mediante a celebração de Protocolos. Assim, à semelhança do ano lectivo transacto e a fim de ser preparado o Processo de Candidatura a remeter à Direcção Regional de Educação do Norte, junto se anexa: minuta de protocolo a celebrar com as entidades; relação das entidades parceiras. À consideração superior”. A minuta de protocolo a celebrar com as entidades e a relação das entidades parceiras dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA 10 DE JUNHO – FREGUESIA DE PONTE** – Presente a seguinte

informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “Pela presente se submete à apreciação camarária a alteração de trânsito na freguesia de Ponte, assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta de Freguesia e proposta da Assembleia de Freguesia e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária no

arruamento em causa". A planta com a alteração ao trânsito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR**

**SUBMETE À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

**TRANSPORTES – UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE**

**AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de Julho de 2010, que disponibilizou, à Universidade do Minho, o transporte, em autocarro, dos participantes na terceira edição do Programa "Verão no Campus", a realizar nos dias 13, 20 e 22 de Julho, nas cidades de Braga e Guimarães. **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE. -----**

**TRANSPORTES – JUNTA DE FREGUESIA DE ALDÃO –**

**CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Julho de 2010, que disponibilizou, à Junta de Freguesia de Aldão, o transporte, em autocarro, das crianças que frequentam o ATL da EB1 de Pulo no âmbito das actividades de Verão, nos dias 13, 15, 20 e 22 de Julho, nas cidades de Braga e Guimarães.

**DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----**

**SUBSÍDIOS – MOREIRENSE FUTEBOL CLUBE – APOIO ÀS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DESPORTIVO –**

Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "O Moreirense FC é um clube conhecido pela sua forte e sucedida aposta na formação, com equipas em todos os escalões etários, tendo conquistado este ano, pela primeira vez no seu historial, com a sua equipa de Juniores, o acesso à 1ª Divisão Nacional; para além disso, a sua equipa de Infantis sagrou-se campeã regional e a equipa sénior ascendeu, novamente, à Liga de Honra do futebol nacional. Este assinalável esforço na promoção do



desporto competitivo obriga o clube a um investimento permanente nas suas instalações desportivas, com obras de manutenção e reparação de situações de intenso desgaste, por forma a cumprir os requisitos indispensáveis à sua participação nos diversos campeonatos nacionais em que está envolvido. Por força dessas exigências, nos últimos anos, o Moreirense FC realizou um conjunto de intervenções de grande significado orçamental, que se discriminam: renovação do relvado natural e montagem do sistema de rega; manutenção intensiva dos dois campos de relva sintética; cobertura dos camarotes, impermeabilização dos vários edifícios que integram o complexo desportivo, anulando os efeitos negativos na estrutura das infiltrações de água permanentes; renovação do sistema de aquecimento de águas nos vestiários. Estas intervenções foram decisivas para minorar os efeitos do manifesto envelhecimento das instalações desportivas, resultando num investimento próximo dos 200.000 euros, que o Moreirense tem grandes dificuldades em assumir sem um apoio efectivo da autarquia. Tendo em conta o exposto, proponho que se atribua um subsídio extraordinário de 100.000 euros ao Moreirense Futebol Clube, nos termos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, cuja minuta se anexa". A minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CLUBE DESPORTIVO XICO ANDEBOL – APOIO EXTRAORDINÁRIO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "O Clube Desportivo Xico Andebol conquistou recentemente a Taça de Portugal em andebol na época desportiva que findou. Consequentemente terá o direito de representar o

nosso país e a nossa cidade na competição europeia Taça das Taças da Federação Europeia de Andebol, uma das competições mais prestigiadas de andebol, que reúne os principais clubes Europeus. Sabendo da dificuldade que um clube desta dimensão financeira tem na previsão das deslocações em função da sua prestação desportiva, em especial para a próxima época, é da mais elementar justiça apoiar e ajudar a ultrapassar as dificuldades, que têm sido muitas, para honrar o nome de Guimarães nesta competição. Por outro lado, não apoiar o CD Xico Andebol nesta altura seria comprometer o futuro do clube que é histórico na cidade e fundamental no desenvolvimento da modalidade em causa. A acrescentar, esta participação será também uma mais valia para as suas camadas jovens, pois prestigia o clube, que aposta nos atletas formados nas suas escolas. A passagem numa competição europeia oficial será para todas as camadas jovens do clube uma referência e um motivo de empenho e dedicação, proporcionando uma experiência única no seu processo formativo. Neste sentido, proponho que a Câmara Municipal conceda um apoio extraordinário de €30.000,00 (trinta mil euros) para garantir a participação deste Clube na Taça das Taças de Andebol Europeu, nos termos do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, cuja minuta se anexa”. A minuta do contrato-programa de desenvolvimento desportivo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CINECLUBE DE GUIMARÃES – XXII EDIÇÃO DO “CINEMA EM NOITES DE VERÃO”** – Presente a seguinte proposta: ““Cinema em Noites de Verão” é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou desde sempre com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de já contar mais





de 20 edições consecutivas, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atracção de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, de um subsídio de €10.000,00 (dez mil euros), destinado a comparticipar nos custos de organização do XXII Cinema em Noites de Verão, a decorrer no Largo da Oliveira no próximo mês de Agosto". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador César Machado não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**SUBSÍDIOS – FRATERNA – CENTRO COMUNITÁRIO DE SOLIDARIEDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: "A Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social solicitou a colaboração do Município através da cedência de uma carrinha de 9 lugares da frota municipal para, nos dias 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 11 de Agosto, dar apoio à valência do Banco Social – distribuição de cabazes. Considerando que a frota municipal possui escala diária de apoio aos vários sectores da Câmara Municipal e o número de veículos disponíveis relativamente aos pedidos dos vários Departamentos ser manifestamente deficitário, não é possível atender a pretensão, pelo que se submete à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio no valor de

€600,00 (seiscentos euros)". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 05.01.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

**SUBSÍDIOS – COOPERATIVA TEMPO LIVRE – COMPARTICIPAÇÃO EM DESPESAS DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE FÉRIAS DESPORTIVAS**

– Presente a seguinte proposta: "A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Guimarães solicitou à Cooperativa Tempo Livre a inscrição gratuita de seis crianças, oriundas de famílias carenciadas, no programa de Férias Desportivas promovido por aquela Cooperativa, com o intuito de lhes proporcionar uma ocupação de férias mais estimulante e saudável. Neste contexto, a Cooperativa Tempo Livre propõe-se assegurar 50% do montante das inscrições, solicitando que a Autarquia assuma os restantes. Atendendo ao interesse público de que se reveste a participação destas crianças no programa referido, bem como ao facto de esta ser a única forma de tal se concretizar, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, à Cooperativa Tempo Livre, de um subsídio de €90,00 (noventa euros), correspondente a 50% do montante de inscrição de seis crianças no programa Férias Desportivas 2010". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.01 e na unidade económica 05.01.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta. -----**

**SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DE GUIMARÃES – CONVÍVIO DE DADORES NO**



**PARQUE DE CAMPISMO DA PENHA** – Presente a seguinte proposta: “A Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães pretende organizar, è semelhança dos dois últimos anos, um Convívio de Dadores no Parque de Campismo da Penha, previsto para o próximo dia 12 de Setembro. De acordo com informação prestada pela Turipenha, entidade que actualmente gere aquele equipamento municipal, o valor a cobrar à Associação, em função das taxas aprovadas pela Assembleia Municipal, é de €223,24. Atendendo aos objectivos desta acção, que passam pela mobilização de dadores de sangue, e também aos custos envolvidos na sua organização, proponho, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição, à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de Guimarães, de um subsídio de €111,62 (cento e onze euros e sessenta e dois cêntimos), correspondente a 50% das taxas de utilização do Parque de Campismo da Penha por ocasião do Convívio de Dadores de sangue 2010”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CONQUISTADORES MOTO CLUBE DE GUIMARÃES – 15ª CONFRATERNIZAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Os Conquistadores Moto Clube de Guimarães promove, nos próximos dias 3, 4 e 5 de Setembro, a sua Concentração Anual, que junta praticantes da modalidade de todo o país, no parque das Caldas das Taipas, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal para a instalação eléctrica de apoio às actividades de animação. Considerando a prática habitual e o interesse da referida Concentração, proponho que seja deferida a pretensão, cujos encargos se elevam a €1.836,78 (mil oitocentos e trinta e seis euros e setenta e oito cêntimos), ao abrigo do

disposto na alínea b) do n.º4 do art. 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro". Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD votaram favoravelmente o apoio proposto à concentração motard na Vila de Caldas das Taipas, por o mesmo ser merecedor do nosso acordo, no entanto, e face aos problemas que têm surgido no passado, considera-se que a organização e licenciamento de espaço para centro da concentração motard deve ser igualmente discutido com as autoridades locais, designadamente com a Junta de Freguesia de Caldelas, pois que embora se trate de um evento que pode assegurar alguma atractividade adicional àquela importante vila vimaranense, é do interesse de todos que o local escolhido esteja em conformidade com os desejos e anseios da população, para que a concentração possa ser melhor integrada na vida das Taipas e possa ser melhor recebida pelos taipenses." -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE S. TORCATO – MARCHA DA CORREDOURA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –** Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Julho de 2010, que concedeu, à Junta de Freguesia de S. Torcato, um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da Marcha da Corredoura, realizada entre os dias 14 e 17 de Agosto de 2009, no valor de €25,73 (vinte e cinco euros e setenta e três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – XV ANIVERSÁRIO DE ELEVAÇÃO A VILA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Julho de 2010, que concedeu autorização para instalação de 1 contador para a potência de 27,6 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do XV Aniversário de Elevação de Ponte a Vila, realizada entre os passados dias 18 e 20 de Junho, num máximo de €26,04 (vinte e seis euros e quatro cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ATÃES – FESTAS DE SANTA MARIA DE ATÃES – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Julho de 2010, que concedeu autorização para instalação de um contador para a potência de 20,7 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das Festas de Santa Maria de Atães, realizadas entre os passados dias 16 e 18 de Julho, num máximo de €30,06 (trinta euros e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA EM HONRA DO DIVINO SALVADOR – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra do Divino Salvador, a realizar entre os próximos dias 2 e 6 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três

anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €96,69 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €48,35 (quarenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BRITEIROS S. SALVADOR – FESTA EM HONRA DE S. ROMÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador solicitando autorização para ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Romão, a realizar entre os próximos dias 7 e 9 de Agosto. Analisados os consumos registados nos últimos três anos com as referidas ornamentações, verifica-se que a média é de €96,69 pelo que se propõe a atribuição, à Junta de Freguesia de Briteiros S. Salvador, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações das referidas Festas, num máximo de €48,35 (quarenta e oito euros e trinta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS – FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Julho de 2010, que concedeu autorização para instalação de dois contadores para a potência de 41,4 Kva, bem como um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico



originado pelas ornamentações das Festas em Honra de Nossa Senhora de Fátima, realizadas entre os dias 20 e 26 de Julho, num máximo de €42,57 (quarenta e dois euros e cinquenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E TRINTA E SETE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----